

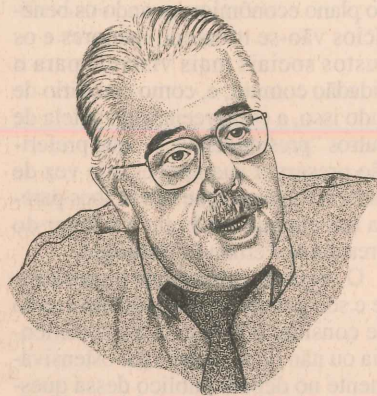
Crescimento do PIB deve ser de 2,5% em 96

Taxa de 3% exigiria que o produto dessazonalizado tivesse uma aceleração de 7% no último trimestre, o que é praticamente inviável

por Maria Aparecida Damasco
de São Paulo

A quatro meses e meio do encerramento do ano, as projeções de economistas e consultores sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) começam a convergir para o mesmo ponto, e, tudo indica, para um ponto bem inferior às projeções que o governo continua alardeando. Salvo qualquer grande acidente de percurso, o PIB de 1996 crescerá perto de 2,5%. Uma taxa ainda mais baixa, da ordem de 2%, não é improvável. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, insiste numa taxa de 3% a 3,5%. Será, de toda forma, o pior desempenho da economia desde 1992, quando o PIB encolheu 0,9%

Uma simulação feita pela consultoria do ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore mostra claramente a inviabilidade das metas oficiais. Para que o crescimento anual seja de 3%, é necessário que o PIB dessazo-



Affonso Celso Pastore

nalizado aumente a uma velocidade de 7% no último trimestre – o que, desde os anos 80, só ocorreu como resultado do efeito-gangorra do Plano Collor, que provocou quedas abruptas seguidas de altas súbitas de produção. Para um crescimento anual da ordem de 1%, já seria necessária uma variação dessazonalizada superior a 5% (ver gráficos).

Sem se comprometer com

um número específico para o final do ano, Pastore ressalta que “os sinais são mais de acomodação do que de crescimento”. A economista Maria Cristina Pinotti, da mesma consultoria, lembra que, descontados os efeitos sazonais, tanto o nível de utilização da capacidade instalada como o faturamento real do comércio têm mostrado uma tendência de estabilidade nos últimos doze meses.

Obviamente, o ponto-chave das estimativas sobre o PIB é o comportamento da indústria. Cristina Pinotti adverte, a esse respeito, que o governo projetou para o segundo semestre os números extremamente favoráveis de abril e maio, o que acabou não se confirmando. Em alguns dados, houve também uma certa distorção, por conta de critérios discutíveis de dessazonalização e de deflatores inadequados (ver quadro nesta página).

Além disso, alguns setores

que vinham registrando altas espetaculares de produção e vendas começam a perder o gás. É o caso de bens de consumo duráveis, beneficiados pela volta do crédito fácil e pela queda real de preços – decorrente da possibilidade de importação de produtos acabados e de componentes. “O crescimento desse setor está no limite”, avalia Pastore.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também jogou um pouco para baixo suas estimativas para o PIB de 1996. Depois de apostar numa taxa superior a 3%, a CNI prevê agora um crescimento de 2% a 3%, apoiado numa expansão de 2% na indústria.

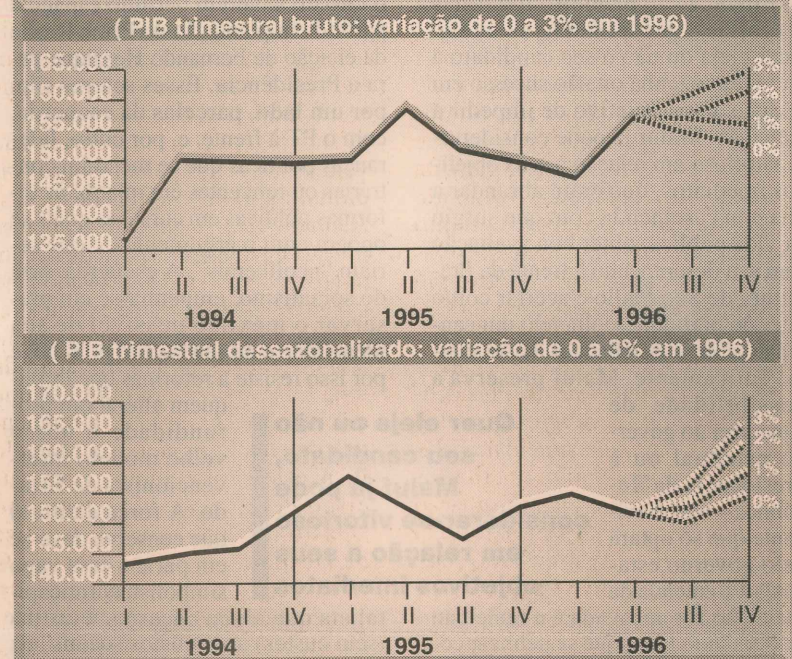
José Flávio Castelo Branco, do departamento econômico da CNI, diz que um crescimento firme e sustentável não só depende da liberação do crédito, como está ocorrendo no momento, mas também do fortalecimento da renda das famílias. Como o crédito farto tende apenas a antecipar uma renda futura, é alto o risco de inadimplência e, em consequência, também é elevado o risco de interrupção desse processo. Qualquer expansão mais forte, segundo Castelo Branco, vai depender de aumento das exportações e de investimentos, que ainda não estão garantidos.

Nos cálculos da consultoria Rosenberg & Associados, o desempenho da indústria no ano deve ser ainda mais modesto. “O alento trazido pela abertura do crédito, em meados do ano, já se esgotou”, diz o economista José Augusto Arantes Savasini, sócio da consultoria. Por isso, na sua avaliação, não dá para a indústria crescer mais de 1% e o PIB, mais de 2% – embora com a ressalva de que “só o IBGE sabe” os critérios para calcular o desempenho do setor de serviços, que tem um peso forte na composição do PIB.

Para Savasini, até a expectativa de que as eleições mexessem substancialmente na atividade econômica já se frustrou.

As hipóteses de crescimento

(simulações de variações trimestrais do PIB, para que sejam atingidas taxas anuais de 0%, 1%, 2% e 3%)



Fonte: A.C. Pastore

É verdade que as obras públicas foram aceleradas, às vésperas da troca de guarda nas prefeituras. Mas a experiência autorizava a se esperar mais, do ponto de vista da política econômica, na direção de facilitar a decolagem das candidaturas tucanas. Por enquanto, o governo vem investindo mais no discurso do crescimento do que numa ação efetiva de crescimento. “E, se alguma coisa mais forte ocorrer agora, não muda mais os resultados deste ano”, diz Savasini.

Há, na visão de economistas e consultores, uma clara e justificadíssima apreensão da equipe econômica com a “administração” do nível de atividade dos setores produtivos. “Não há espaço para crescer mais”, decreta Cristina Pinotti. As medidas aplicadas até agora, a conta-gotas, só garantem um “suspiro” para a atividade econômica. As taxas de juro teriam de permanecer baixas durante muito tempo, para esti-

mular um crescimento mais forte e duradouro, segundo Savasini. E, apesar da redução gradual, os juros no Brasil continuam muito altos.

“A balança comercial não agüenta um crescimento maior”, alerta Pastore. Mesmo com a reanimação frágil dos negócios observada de abril/maio para frente, a perspectiva para o fechamento do ano é de novo déficit. Pastore esclarece que o crescimento anualizado da economia no último trimestre de um ano costuma indicar a taxa de expansão no ano-calendário seguinte. Por isso, caso o PIB chegue a dezembro num ritmo anualizado de 7%, – que é compatível com a projeção oficial de 3% –, o cenário para 1997 será de um novo surto de crescimento acelerado. E, a não ser que o governo promova mudanças fundamentais na política econômica, esse surto significaria pressões dramáticas sobre o balanço de pagamentos.

Colaborou André Vieira

As distorções das estatísticas

A estabilização da economia pôs à mostra algumas limitações das estatísticas disponíveis no País. Uma delas é a escolha do deflator adequado para calcular o faturamento de determinados setores.

Um estudo da consultoria do economista Affonso Celso Pastore mostra, por exemplo, um recente descolamento entre o comportamento das vendas reais e o uso da capacidade instalada da indústria paulista, ambos calculados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) – e também entre as vendas reais da Fiesp e a produção industrial do Brasil, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ajustes em estoques po-

dem explicar desvios temporários entre as curvas, mas não justificam a persistência dessas diferenças. O estudo comprovou que as discrepâncias costumam ocorrer em momentos de mudanças bruscas nas taxas de inflação, típicas dos programas de estabilização. No Plano Collor, por exemplo, a diferença chegou a 40%.

Outra discussão leva em conta os métodos utilizados para a dessazonalização de dados. Dependendo do método utilizado, principalmente nos meses influenciados por feriados móveis, o mesmo indicador pode mostrar estabilidade, queda ou até crescimento. Essas diferenças tendem a ser anuladas em dois ou três me-

ses, mas o uso da última informação como base para projeções pode dar margem a avaliações incorretas – especialmente num período de transição da atividade econômica.

No mesmo estudo da A.C.Pastore Associados, o indicador de produção industrial do IBGE foi dessazonalizado por três métodos diferentes. Com base no método mais comum, a produção industrial cresceu 8,4% entre dezembro de 1995 e abril de 1996. No segundo sistema, mais sofisticado e com ajuste de dias úteis e feriados, o crescimento cai para apenas 1,9%. E no terceiro método, sem esse ajuste, o resultado é intermediário.

(M.A.D.)

Otimismo no comércio de BH

O empresário mineiro do comércio varejista mostra otimismo para este trimestre, revelou a primeira sondagem conjuntural sobre o setor encomendada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL). Para 45,2% dos empresários consultados na pesquisa da entidade o faturamento bruto das empresas vai aumentar em relação ao trimestre anterior, enquanto para 35,5% se manterá no mesmo patamar. Apenas 12,9% prevêem receita menor no período.

Servidores da Justiça do Pará pedem aumento

Os funcionários do Tribunal de Justiça do Pará vão realizar uma assembléia geral hoje para definir que medidas poderão ser tomadas na tentativa de ampliar para todo o quadro do tribunal o reajuste de 16% que o governo concedeu apenas a juizes e desembargadores, retroativo a julho.

Funcionários invadem Prefeitura de Melgaço

Os funcionários municipais de Melgaço, na ilha de Marajó, no Pará, destruíram ontem completamente a sede da prefeitura, em protesto pelo atraso de salários. Eles depredaram e botaram fogo no prédio, onde funciona também a Câmara Municipal, destruindo móveis, equipamentos e documentos. Há cinco meses os funcionários da prefeitura não recebem seus salários, apenas vales.

Pecuária e construção vão sustentar expansão

por Vera Saavedra Durão
do Rio

A pecuária e a construção civil deverão sustentar neste ano o crescimento da economia, que terá uma colaboração modesta da indústria de transformação, na avaliação de Mérida Medina, especialista em contas nacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O comércio e o segmento de transportes vão empurrar o desempenho do setor de serviços.

Ao divulgar no mês passado sua primeira previsão de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano, de 2,8%, o Ipea já sinalizava a importância de algumas atividades para esta projeção. A estimativa oficial foi de um crescimento de 4,5% para o setor agropecuário, sustentado pela produção animal que deverá aumentar 12,3%. A indústria em geral deve se expandir 2,1%, com o segmento de construção registrando a maior taxa, de 4,4%. O Ipea prevê um crescimento de 2,8% do setor de serviços, com destaque para o comércio (4,8%) e transportes (5,6%). O setor financeiro poderá fechar o ano com taxa negativa de 6,4%.

Segundo a economista do Ipea,

o bom desempenho da produção animal deve-se ao aumento de consumo de alimentos depois do Plano Real. "Isso tem levado a um aumento impressionante do abate de animais, da produção de leite e de ovos que são os produtos que compõem a produção animal no PIB. No ano passado, essa produção cresceu 12% e, até abril, havia chegado a 14%", afirmou Mérida.

A recuperação do setor da construção civil, estagnado completamente no ano passado, foi acionada pela expectativa das eleições municipais. Para Mérida, o fenômeno tem estimulado a realização de obras públicas. Até maio, a produção de cimento cresceu 5%, os perfis estruturais, 4,4%, vergalhões, 3,7%, e de fabricação de tubos, 4,6%. Além das obras públicas, o "consumo formiga" – denominação dos mutirões feitos por classes de renda baixa para construção de casas – tem colaborado. "Essas pequenas construções estão se multiplicando com velocidade", relatou a economista.

A especialista do Ipea disse que a expectativa para este ano é de crescimento de 1% para a indústria de transformação, o que já vai exigir esforço extra neste segundo semestre, levando em conta que sua atividade caiu 3% no primeiro trimestre e 3,6% no segundo, no indicador dessazonalizado do PIB trimestral.

Além da construção civil, outro segmento que vem crescendo muito no PIB é o consumo de energia elétrica, que entra na classificação de indústria de utilidade pública. Com peso de 2,1% no produto real, essa atividade deverá se expandir 5% até dezembro, o que tem levado a Elektrobrás a advertir para o risco de racionamento. Até maio, esse consumo cresceu 4,9%.

A economista do Ipea chamou a atenção para o comportamento das instituições financeiras, que poderão registrar taxa negativa de 6,4% neste ano. Tal desempenho será explicado pelo alto nível de desemprego nas atividades bancárias, provocada pela crise de liquidez. "As contas nacionais ainda medem o desempenho dos bancos no PIB real (que calcula volume de produção) pelo número de empregados", diz Mérida.

A evolução do PIB (Taxa acumulada em quatro trimestres - em %)

	Observado				Estimado	Previsto	
	1995.II	1995.III	1995.IV	1996.I	1996.II	1996.III	1996.IV
PIB	7,9	6,5	4,1	1,1	0,5	1,8	2,8
Agropecuário	7,2	5,5	4,9	3,9	3,3	4,6	4,5
Lavouras	4,7	1,8	-0,1	-2,6	-4,8	-2,8	-2,0
Produção animal	10,6	10,8	11,9	12,4	13,7	13,8	12,3
Indústria	9,7	6,9	2,0	-3,0	-3,6	-0,8	2,1
Transformação*	10,8	7,2	1,7	-4,3	-5,5	-2,3	1,0
Construção civil	9,6	6,8	0,1	-3,4	-3,3	0,6	4,4
Demais	3,6	5,1	5,9	5,1	7,4	6,5	5,6
Serviços	6,6	6,6	5,7	4,1	3,3	3,2	2,8
Comércio	12,9	11,0	7,4	3,5	1,2	3,7	4,8
Transporte	4,6	6,0	3,9	1,9	4,6	4,3	5,6
Demais	4,5	5,0	5,3	4,7	3,9	2,8	1,5

Fonte: IBGE. Previsões: IPEA-Dipes. * Inclui Indicador IPEA.

Indústria vai definir resultado

A economia brasileira deverá apresentar um crescimento entre 2% e 3,5% neste ano, segundo levantamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com previsões sobre a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) feita por 21 bancos, empresas e consultorias. Na média, o crescimento será de 2,8%, taxa idêntica à projetada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em seu Boletim Conjuntural de julho, sinalizando que o próprio governo já abandonou sua meta de uma expansão de 4% em 1996.

Essas previsões poderão ficar mais nítidas na próxima semana, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga o resultado do PIB do segundo trimestre do ano e poderá arriscar uma primeira estimativa

oficial para o comportamento da economia no ano. Numa avaliação preliminar, o coordenador das contas nacionais do IBGE, Almir Cronemberger, calcula que o desempenho no segundo trimestre será mais favorável do que nos primeiros três meses do ano, quando cresceu apenas 0,16%.

O resultado do PIB trimestral só poderá ser conhecido depois que o IBGE calcular o comportamento da produção física da indústria de junho. O coordenador da pesquisa, Sílvio Salles, espera anunciar os dados nesta sexta-feira. Ele disse que os números relativos ao comportamento das vendas e da produção da indústria paulista, em junho, apontam para estabilidade ou ligeiro recuo em relação a maio.

A expansão prevista para 1996 – mais modesta que a de

4,2% em 1995 – vai exigir uma recuperação mais forte neste segundo semestre, porque a economia cresceu 0,5% nos primeiros seis meses, segundo o Ipea. Estevão Kopschitz, sócio e economista da Macrométrica, calcula que o PIB terá de se expandir 6% no segundo semestre para se obter um crescimento médio em torno de 3%.

Na sua análise, essa retomada será sustentada pelos setores agrícolas e de serviços, já que a contribuição da indústria será pequena no total dos três setores que abrangem a formação do PIB. A Macrométrica reavaliou sua estimativa de crescimento do setor agropecuário de 0,7% para 4,7%, amparado por um aumento de 12,8% na pecuária. "A lavoura deverá registrar queda de 2%", diz Kopschitz.

(V.S.D.)

**QUEM
ASSINA,
DECIDE.**

GAZETA MERCANTIL
O MAIS INFLUENTE

**PARA ASSINAR,
LIGUE:
0800-143000**